

Reflexões sobre a relação entre trabalho e saúde e as propostas de intervenção em Terapia Ocupacional*

I. Introdução

Esta comunicação levanta algumas questões acerca do conceito de trabalho utilizado, predominantemente, no modo de produção capitalista e suas interferências na prática de Terapia Ocupacional.

Para auxiliar a análise, recorreremos à discussão sobre o processo de produção na sociedade moderna e a noção de Saúde – Doença como processo social. Também lançamos mão de alguns artigos escritos por terapeutas ocupacionais que falam sobre a concepção de trabalho publicados no *American Journal of Occupational Therapy*, bem como da observação da prática de Terapia Ocupacional em instituições psiquiátricas e em instituições de habilitação e reabilitação profissional.

Por que é importante estudarmos a relação saúde e trabalho? Porque é no processo de produção que é determinada a relação saúde e doença e esta determina quem está ou não apto a permanecer inserido no mercado de trabalho. É, tam-

bém, no processo de trabalho que se formam as pessoas, sua condição e consciência.

Assim, a ótica utilizada é aquela que procura entender a condição do trabalhador inserido ou não no processo de produção; e não a dos estudos que privilegiam a maximização da produção e do lucro, via incompatível com a preservação e manutenção da saúde.

Procurarei refletir sobre a questão homem – trabalho, do ponto de vista da saúde, para melhor compreender as relações que constroem os indivíduos que temos diante de nós em nossa prática profissional.

II. A relação saúde-trabalho

A reforma protestante foi um dos fatores que contribuiu para a construção do modo de produção capitalista; nela o trabalho pode ser entendido como uma forma de servir a Deus e passa a ser "vontade de Deus que todos os homens

Fátima Corrêa Oliver é docente do curso de Graduação em Terapia Ocupacional da FMUSP.

* Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Terapeutas Ocupacionais, em Belo Horizonte – julho de 1988 – e no I Simpósio Latino Americano/2º Congresso Argentino de Terapia Ocupacional – outubro de 1988.

trabalhem, mas é contrário a Deus que os homens cobicem até mesmo os frutos de seu trabalho; estes devem ser reinvestidos para permitir e incentivar mais trabalho, é o trabalho que aliviará a culpa e conduzirá para a vida santa e piedosa" (MILLS, 1980, p.234).

Assim, valorizava-se e justificava-se o comportamento e as atitudes necessárias a uma parte dos homens, que são exigências do capitalismo. Isto possibilitou e justificou o desenvolvimento social de um determinado tipo de homem capaz de um trabalho cada vez mais incessante e metódico (id. *ibid.*, p.235).

Já no século XIX, Marx e Engels fazem, na *A ideologia alemã*, uma análise detalhada do significado do trabalho no desenvolvimento do homem. Neste texto afirmam que "a forma como os homens produzem os seus meios de existência depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não devemos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção" (MARX & ENGELS, 1975, p.19).

Chauí aponta que a divisão social do trabalho, ao mesmo tempo em que determina a divisão entre proprietários e não-proprietários, entre trabalhadores e pensadores, determina a formação das classes sociais (CHAUÍ, 1983, p.54). Assim, a condição mais típica do capitalismo é a necessidade de existir, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, uma concentração de capital e da propriedade nas mãos de poucos e uma enorme massa humana desprovida de qualquer meio de sobrevivência, que não seja a sua própria força de traba-

lho. Este fato determina que este homem, sem dinheiro ou propriedade, tenha que se oferecer no mercado de trabalho. Ao fazer isso, este homem — transformado por esta relação em trabalhador e em mercadoria — se submete às condições estabelecidas pelo capitalista. Estas condições se dão de forma a garantir que a produção do trabalhador seja muito maior do que o valor do seu salário. Este excesso é que vai designar o lucro e este é o segredo do modo capitalista de produção. O trabalho assalariado é portanto a essência do capitalismo.

Segundo Braverman "é importante salientar que o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo" (BRAVERMAN, 1981, p.55). E ainda completa, mais adiante, com esta afirmação: "o que distingue a força de trabalho humana não é sua capacidade de produzir excedente, mas seu caráter inteligente e proposital que lhe dá uma infinita adaptabilidade e que produz as condições sociais e culturais para ampliar a sua própria produtividade. Assim, pode-se utilizar muitas formas para aumentar a produção da força de trabalho — jornadas mais longas e o uso de instrumentos mais produtivos que aceleram o ritmo de trabalho" (id. *ibid.*, p.58).

O processo de trabalho industrial se desenvolve em meio à luta de classes, onde é necessário aprimorar formas de controle sobre os trabalhadores. O princípio básico desse controle consiste na separação entre execução e elaboração do processo de trabalho, como está definido na proposta taylorista da organização científica do trabalho.

Segundo Edith Seligmann, esta forma de administrar representou, e ainda representa, um marco na história dos processos de trabalho e um golpe muito grande na saúde de milhões de trabalhadores. Os pressupostos do sistema taylorista são: padronização e controle rígido dos tempos e movimentos dos instrumentos de trabalho e controle permanente realizado por diferentes agentes de administração (SELIGMANN, 1986, p.72-73). Dessa forma, estão eliminadas quaisquer possibilidades de manifestação da individualidade

e da sociabilidade, pois estas põem em risco a eficiência e a ordem, fundamentais para a maximização da produção.

Seligmann cita trabalhos de Laurell, Marques e Frankenhaeuser que falam da desqualificação crescente dos trabalhadores, onde o seu saber é transferido para a máquina, isto é, para o capital. Isto faz com que se materialize o controle, quando se transfere para a máquina o conhecimento e iniciativa do trabalhador, eliminando a subjetividade e facilitando processos de embotamento emocional à medida que a tecnologia se desenvolve (id *ibid.*, p.71-72).

Há ainda outros fatores intervenientes na determinação da natureza agressora do trabalho: os diferentes regimes e turnos de trabalho, o ambiente físico e a organização do trabalho. Entende-se por organização do trabalho: o ritmo, a duração da jornada, tempo para descanso, hierarquização, sistemas de controle e segurança, rotatividade de pessoal, desinformação e o desvio e acúmulo de funções, principalmente nos períodos de recessão econômica (SELIGMANN, 1987, p.239-46).

Não podemos deixar de lembrar a condição de vida desses trabalhadores proporcionada pelo seu nível salarial e oportunidades de emprego, migração, habitação insatisfatória, transportes insuficientes, poluição ambiental e a violência urbana.

Por essas condições, torna-se possível e necessário que os indivíduos tenham corpo e mente amortecidos, pela apropriação de sua subjetividade, em nome do progresso e da produção. Assim, teremos trabalhadores desprotegidos e vulneráveis a grande número de distúrbios no seu equilíbrio físico e mental, já que se procedeu à eliminação de sua maior defesa: o aparelho psíquico íntegro.

Percebemos que o trabalho determina a vida dos indivíduos, ainda mais que isso, o valor social atribuído ao trabalho permite que as pessoas se submetam às mais adversas condições de trabalho. Todos devem estar aptos para trabalhar, mas serão saudáveis e aceitos socialmente apenas aqueles aptos para o trabalho, esquecendo-se de como este é gerador de problemas de saúde.

Dentro dessa lógica — a do processo

produtivo — é necessário que todos, aptos ou não, tenham como parâmetro a vida para o trabalho, que se transforma em valor social, e um dos mais importantes. Aqui também estão incluídos os indivíduos que, quer por doença, deficiência ou desvio estão impossibilitados de inserção no mercado de trabalho, mas que têm para si o valor social do trabalho tanto na estruturação de sua subjetividade quanto na participação nas relações de produção, que muitas vezes tentam arrancar com sua inserção marginal no processo de produção.

III. A concepção de trabalho utilizada em Terapia Ocupacional

Observamos em alguns artigos publicados no *American Journal of Occupational Therapy* em 1985 que a concepção de trabalho utilizada é aquela onde é através do trabalho que as pessoas serão inseridas ou reinseridas socialmente. Notamos, também, que a alusão feita à natureza agressora do trabalho, no atual modo de produção, é colocada como fator inerente do trabalho e do processo produtivo; assim são citados: a rápida mudança dos valores sociais com a constante evolução tecnológica, a alienação, o *stress*, a perda da criatividade, o desemprego crescente, o tédio e a insatisfação nos papéis produtivos mais tradicionais (HARVEY - KREFTING, 1985, p.306).

Essas questões levam Laura Harvey-Krefting a apresentar a Terapia Ocupacional no futuro como uma alternativa, não apenas para o atendimento de indivíduos doentes ou deficientes, mas também aos desengajados de uma existência produtiva: os desempregados, as crianças e os velhos. Poderia haver também o atendimento daqueles que participam, diretamente, do processo produtivo, mas que estão insatisfeitos com a forma como produzem. Pelas razões já assinaladas, serão quase todos os trabalhadores assalariados.

Isto representa uma proposta de Terapia Ocupacional a serviço exclusivo do controle social exercido pelos serviços de saúde, que abstrai as condições em que são *fabricados* esses indivíduos. Esta pro-

posta tem por finalidade esconder as contradições sociais refletidas na experiência individual dos trabalhadores. Assim, estaríamos contribuindo para a institucionalização, através dos serviços de saúde, do uso do *hobby* como tratamento para os que trabalham. Para os desinseridos do mercado de trabalho, a Terapia Ocupacional representaria a "única e maior experiência subjetiva de produtividade" (id. *ibid.*, p.307). Será essa a realidade na América Latina? A divisão internacional do trabalho reserva aos países do Terceiro Mundo a parcela do trabalho mais danosa à saúde dos trabalhadores e do meio ambiente, pelos salários mais baixos, com as piores condições de vida e menor poder de resistência pela sua organização sindical mais frágil.

Convivemos com os processos de produção tecnicamente mais atrasados, ao mesmo tempo que com a implantação crescente de tecnologia, sem planejamento e sem a preocupação com o impacto a vida social.

Temos nos serviços de saúde — o resultado dessa convivência — crianças com paralisia cerebral devido a sofrimento fetal pelas péssimas condições de assistência à maternidade, trabalhadores do setor terciário com doenças profissionais ou então indivíduos acidentados no trabalho e incapacitados para o retorno à produção.

No Brasil, temos uma política social que não garante sequer a aposentadoria ou salário-desemprego para a sobrevivência digna, ou seja, a inserção social se dá sempre via trabalho, o trabalho é o valor social maior.

Em Terapia Ocupacional, temos atendido, na grande maioria, indivíduos desinseridos do processo produtivo, seja momentaneamente por doença ou distúrbios gerados pela condição de vida e de trabalho, seja permanentemente por fugirem à normalidade necessária à disciplina pelo trabalho (por doença mental ou física ou pelo desvio da norma por marginalidade ou delinqüência).

A maior parte das instituições de ensino ou saúde onde trabalhamos têm como objetivos a inserção ou reinserção social através do trabalho, que dificilmente são

atingidos dada a organização do processo de produção. Colaboramos para legitimar esse discurso que é cindido na ação direta com as pessoas com as quais trabalhamos. Elas têm, senão a consciência do funcionamento social, pelo menos o sentido da exclusão a que estão submetidas. No entanto, a nossa prática tem dificuldades para ser transformada, por quê?

No Brasil, as instituições que trabalham com a habilitação ou reabilitação profissional são, respectivamente, beneficentes, filantrópicas ou mantidas pela contribuição dos próprios trabalhadores através da Previdência Social.

A Terapia Ocupacional nas instituições filantrópicas contribui para a exclusão dessa população do convívio social, reproduzindo no seu atendimento práticas assistenciais estigmatizadoras, paternalistas juntamente com a proposta taylorista de produção. No entanto, essa população jamais será integrada no mercado de trabalho, permanecendo sob muitos aspectos dependente da instituição.

A Terapia Ocupacional, nas instituições de reabilitação profissional que atendem os segurados da Previdência Social, utiliza-se do trabalho artesanal como meio de recuperação da funcionalidade física, sem resgatar e integrar nessa ação a experiência de cada indivíduo no processo de trabalho, na doença profissional ou no acidente de trabalho. Sabemos que estes trabalhadores poucas vezes retornam ao mercado de trabalho ou, quando o fazem, têm dificuldade de nele permanecer.

Na maior parte das vezes, temos nos utilizado do trabalho como forma de intervenção, seja ele qualificado ou desqualificado socialmente. Propomos ou a produção artesanal — fabricação de vasos, tapetes, pregadores de roupas ou utilitários — ou então o trabalho abrigado em oficinas através de subcontratos com indústrias, que repetem, sem crítica ou restrição, a proposta taylorista da produção, além de desincumbir essas indústrias do pagamento de encargos sociais desses *aprendizes*. Então a falta de condições físicas e/ou mentais dessas pessoas é sua necessidade de reinserção passam a ser argumentos técnico-científicos que justificam esse uso.

Assim, acredito que estamos contribuindo para a criação de aprendizes eternos da inserção ou reinserção social, tendo como parâmetro a normalidade tão massacrante, isto é: a linha de produção, o cartão de ponto, a pontualidade, a assiduidade, a colaboração com os outros, o respeito às regras e à hierarquia, bem como a qualidade de trabalho. Enfim, tudo que se exige dos demais trabalhadores, forjando no interior desse microcosmo — as instituições — *ficção de operários normatizados*.

É pela implantação dessa disciplina e pela adaptação a ela que esses indivíduos serão *reconhecidos* como reais e não pela sua inserção concreta no processo produtivo (como deveria ser, para concretizar o objetivo explícito da instituição),

impossibilitando dessa forma a sua existência enquanto pessoas que devem ter lugar no contexto social.

Penso que devemos refletir sobre o conhecimento e reconhecimento de nosso papel e de nossa condição enquanto técnicos neste modo de produção; para que possamos criar formas de intervenção que nos coloquem mais próximos da realidade social e não apenas do controle social, que é o papel fundamental das instituições onde temos trabalhado.

Penso que devemos buscar maior proximidade da realidade de técnicos e de pacientes, de suas necessidades e de sua consciência, bem como das estratégias de sobrevivência de que se utilizam para permanecerem vivos, mesmo que ainda loucos, deficientes ou delinqüentes.

RESUMO

A relação entre saúde e trabalho é importante fator na determinação de quem está ou não apto a permanecer no mercado de trabalho. No capitalismo, o processo de produção é alterado constantemente pela tecnologia e pela organização do processo de trabalho. A separação entre a execução e elaboração do trabalho predominam na proposta taylorista de produção. O trabalho parcelado e controlado, principalmente pelo uso de máquinas, e a existência de turnos de trabalho determinam um ritmo de trabalho exterior aos trabalhadores, criando condições para que estes sejam vulneráveis a distúrbios de ordem física e mental. Os terapeutas ocupacionais têm responsabilidade no atendimento de parcela da população considerada carente, desviante, marginalizada ou deficiente; que assim é definida principalmente pelo fato de não ter acesso à vida independente através do trabalho ou por tê-lo perdido em algum momento.

Observamos, na literatura da área e nas intervenções em habilitação e reabilitação profissional de algumas instituições, que a visão de trabalho é aquela predominante na vida social. São empregados o trabalho artesanal (desqualificado socialmente) ou então o trabalho abrigado em oficinas que repetem a proposta taylorista de produção, sem qualquer restrição, utilizando-se da falta de condições físicas ou mentais dessas pessoas como argumentos técnico-científicos que justificam esse uso. É importante criar formas de intervenção alternativas a esse modelo.

ABSTRACT

Reflections on the relation between work and health: Occupational therapy intervention proposals. — The relation between health and work it's an important factor to define who's able or not be accepted in work market. In capitalism the production process is constantly changed by technology and working process organization. The gap between work's execution and elaboration, predominant in taylorist's production proposition and parcelled and control-led work, specially by the of machinery and shift work determine a kind of working rhythm inadequate for workers. This situation created conditions for them to become vulnerable both to mental and physical disorders.

Occupational therapists have a great deal of responsibility on the care of the so considered deviant, marginal or handicapped population; so considered specially by the fact of not having access to independent life through working or by having lost it in some moment.

We observe in this area's literature and in some institutional professional rehabilitation programs that work is being treated as is usually is in social life. That is, arts and crafts (socially not qualified) or the protected work that repeat taylorist production proposition, with no restrictions, using the so called lack of this peoples's mental and physical conditions as a technical scientific argument that justify it's use. The author's point of view reinforces the importance of creating alternative approach to this working model.

Referências Bibliográficas

1. BRAVERMAN, H. 1981. *Trabalho e capital monopolista — a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
2. CHAUI, M. 1983. *O que é ideologia?* 12ª ed. São Paulo, Brasiliense.
3. HARVEY-KREFTING, L. 1985. The concept of work in occupational therapy: a historical review, *Am Journal Occupational Therapy*, 39(5):301-307.
4. MARX, K. & ENGELS, F. 1975. *A ideologia alemã*, 3ª ed. Lisboa, Presença.
5. MILLS, W. 1980 *A nova classe média*. Rio de Janeiro, Zahar.
6. SELIGMANN, E. 1986. Crise, econômica e saúde mental no Brasil. In: CAMON, V. (org) *Crise, trabalho e saúde mental*. São Paulo, Traço, 1986.
7. SELIGMANN, E. 1987. Saúde mental e trabalho, In: TUNDIS, S.A. (org) *Cidadania e loucura*. Rio de Janeiro, Vozes/Abrasco, 1987.